

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JESSICA CARDOSO DA SILVA

**APLICAÇÕES FINANCEIRAS: CARACTERÍSTICAS DO INVESTIDOR DA
AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA**

CURITIBA

2017

JESSICA CARDOSO DA SILVA

APLICAÇÕES FINANCEIRAS: CARACTERÍSTICAS DO INVESTIDOR DA
AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de especialista em
contabilidade e finanças da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º Dra. Ana Paula Mussi
Szabo Cherobim

CURITIBA

2017

Da Silva, Jessica Cardoso.

Aplicações financeiras: características do investidor da agência x em região litorânea – Curitiba, 2018.

57 f. : Il. Grafts., tabs.

Orientadora: Ana Paula Mussi Szabo Cherobim

Monografia (especialização) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Especialização em contabilidade e finanças.

Inclui Bibliografia.

1. Aplicações financeiras. 2. Tipos de investimentos. 3. Perfil do investidor. Jessica Cardoso da Silva. Ana Paula Mussizabo Cherobim. Universidade Federal do Paraná

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

TERMO DE APROVAÇÃO

APLICAÇÃO FINANCEIRA: CARACTERÍSTICAS DO INVESTIDOR DA
AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças. O acadêmico foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

(Prof. Orientador)

(1º Membro da Banca)

(2º Membro da Banca)

Curitiba,..... de, de 20..... .

AGRADECIMENTOS

A minha família, amigos, professores e todos que,contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho e minha formação profissional.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar as características do investidor da agência bancária x em região litorânea. Independente da situação financeira da população, as pessoas buscam maior rendimento ou, no mínimo, rendimento suficiente para pagar suas despesas e ter sobra de dinheiro para atividades de lazer. Sabe-se que poupar envolve riscos que podem ser baixos, médios e altos e é o tema aqui tratado. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali e quantitativa, baseada em pesquisa bibliográfica em artigos científicos, livros, periódicos, seguida de pesquisa empírica, com clientes de uma agência bancária, localizada em cidade de porte pequeno, em região litorânea. Foram aplicados questionários com perguntas fechadas. O tratamento de dados foi quantitativo, para questões referentes a valores e frequência de aplicação. Para os dados gerais, foram utilizados análises quantitativas, sem modelo teórico sem modelo para análise. De uma forma sucinta pode-se identificar que a maioria dos investidores são conservadores e não gostam de correr riscos.

Palavras-chave: Aplicação financeira. Tipos de investimentos. Características do Investidor.

ABSTRACT

Regardless of the financial situation of the population, the people seek the highest income or, at least, sufficient income to pay their expenses and have spare of money for leisure activities . It is known that saving involves risks that can be low, medium and high and is the subject matter here. This is a qualitative and quantitative research, based on bibliographic research in scientific articles, books, periodicals, followed by empirical research, with clients of a bank branch, located in a small city in a coastal region. Questionnaires with closed questions were applied. The treatment of data was quantitative, for questions regarding values and frequency of application. For the general data, quantitative analyzes were used, without theoretical model without model for analysis. In a succinct way one can identify that most investors are conservative and do not like to take risks

Key-words: financial application. Types of investments. Investor Characteristics

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - FAIXA ETÁRIA DOS INVESTIDORES NA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA	51
GRÁFICO 02 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS INVESTIDORES DA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA.....	52
GRÁFICO 03 - MONTANTE DE RECURSOS QUE O INVESTIDOR TEM GUARDADO NA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA.....	53
GRÁFICO 04 -QUANTIA QUE CADA INVESTIDOR CONSEGUE GUARDAR NA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA.....	54
GRÁFICO 05 -A FINALIDADE DOS RECURSOS DE INVESTIDORES DA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
1.1 TEMA E PROBLEMA DE ESTUDO.....	09
1.1.1 Tema	09
1.1.1.2 Problema	09
1.2 OBJETIVOS	09
1.2.1 Objetivo Geral	09
1.2.2 Objetivos Específicos	09
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
1.4 METODOLOGIA	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 PERFIL DO INVESTIDOR.....	11
2.1.1 Perfil do Investidor	11
2.1.2 Algumas percepções sobre o questionário do perfil do investidor	12
2.1.3 Tipos do perfil do investidor	14
2.1.3.1 <i>Perfil Conservador</i>	15
2.1.3.2 <i>Perfil Moderado</i>	16
2.1.3.3 <i>Perfil Arrojado</i>	16
2.1.3.3.1 Perfil Moderado-agressivo/arrojado.....	16
2.1.3.3.2 Perfil agressivo ou arrojado	17
2.1.4 Risco e Retorno	18
2.1.4.1 Risco.....	18
2.1.4.2 Retorno.....	19
2.1.5 Fatores psicológicos na tomada de decisão	20
2.2 O MERCADO FINANCEIRO E OS PRINCIPAIS TIPOS DE INVESTIMENTOS	23

2.2.1 Taxas de juros, índices e indexadores do mercado financeiro	24
2.2.1.1 <i>Taxas de juros</i>	24
2.2.1.1.1 Taxa Selic e Celip	24
2.2.1.1.2 Taxa Referencial de juros - TR	26
2.2.1.1.3 Taxa Básica financeira - TBF	26
2.2.1.1.4 Taxa de juros de Longo Prazo - TJLP	27
2.2.1.1.5 <i>Taxa DI</i>	27
2.2.1.2 Índices e Indexadores	28
2.2.2 Principais tipos de investimentos	29
2.2.2.1 <i>Título de capitalização</i>	30
2.2.2.2. <i>Caderneta de poupança</i>	32
2.2.2.3 <i>Certificado de depósito bancário (CDB) e Recibo de depósito bancário (RDB)</i>	33
2.2.2.4 <i>Certificado de depósito interbancário</i>	33
2.2.2.5 <i>Títulos Públicos</i>	34
2.2.2.6 <i>Previdência Privada</i>	36
2.2.2.7 <i>LCI – Letras de crédito imobiliário</i>	38
2.2.2.8 <i>Letras Hipotecárias</i>	38
2.2.2.9 <i>Debêntures</i>	39
2.2.2.10 <i>Ouro</i>	40
2.2.2.11 <i>Ações</i>	41
2.2.2.12 <i>Fundos de investimentos</i>	45
3. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DE RISCO DOS CLIENTES DA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERENCIAS	56

INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE (2017) a população brasileira é de aproximadamente 207,7 milhões de habitantes, tornando-o quinto maior país em número de habitantes. Uma parte da população apresenta alta disponibilidade de recursos financeiros, outra de média e baixa disponibilidade de recursos, onde boa parte desta população vive em condições precárias de subsistência e sobrevivem de benefícios do governo. Outra parte trabalham para o sustento da família e pagar despesas mensais (água, luz, alimentos, aluguel, etc.) sobrando um valor baixo ou até mesmo nada para poder investir ou consumir.

Independente da situação financeira da população, elas buscam um maior rendimento ou, no mínimo, rendimento suficiente para pagar suas despesas e ter sobra de dinheiro para atividades de lazer.

Segundo Rambo (2014, p. 12), para os que conseguem pagar suas despesas e, de alguma forma, conseguem fazer com que sobre algum dinheiro no final de cada mês e pensem em poupá-lo, resta a dúvida de como gastar ou de como aplicar este dinheiro para ter o melhor retorno possível. Apesar de existirem investimentos que geram um melhor retorno, nem sempre esse retorno é desprendido de perdas. Normalmente os investimentos com maiores retornos financeiros vêm acompanhados de maiores riscos de perdas. Em contrapartida, o baixo risco costuma acompanhar menores lucros.

Assim torna-se fundamental conhecer os diversos tipos de investimentos dentro do mercado financeiro, entre eles aplicação em poupança, CDBs, Tesouro Direto, fundos de investimentos, debêntures, ações, etc., sabendo as taxas de retorno, prazos mínimos e máximos, valor mínimo, impostos sobre rendimentos, entre outros, é imprescindível para se começar a aplicar seus recursos. Além de saber os tipos de investimentos, é importante que o futuro investidor saiba identificar seu perfil, que pode ser comumente distinguido entre arrojado, moderado ou conservador. Identificando seu tipo de perfil e os melhores investimentos a serem feitos, o investidor fica mais capacitado a poupar da maneira mais adequada, com rendimentos e riscos esperados e sem perdas imprevistas.

Nesta perspectiva este estudo tem como objetivo identificar o perfil de risco dos clientes da agência X em região litorânea, assim como relacionar as características dos clientes com as características da região; identificar os produtos financeiros utilizados pelos clientes; discutir sobre os produtos de investimentos: poupança, fundos, CDB, etc.; apresentar produção/captação; identificar sobre os produtos que a agência oferece aos clientes.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE ESTUDO

1.1.1 Tema

Identificar as características do investidor da agência x em região litorânea

1.1.2 Problema

Quais as características do investidor da agência x em região litorânea?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar as características do investidor da agência x em região litorânea

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os produtos financeiros utilizados pelos clientes;
- Apresentar os produtos de investimento, renda fixa e variável, disponíveis para investimento pessoa física;

- Identificar sobre os produtos que a agência (banco) oferece aos clientes.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema foi de uma experiência pessoal além de se tratar de um assunto de extrema importância, sendo que grande parte população brasileira, tem dificuldade em entender este sistema, pois de forma geral, o assunto é divulgado com textos e palavras muito técnicas, gerando dúvidas. Com esta pesquisa, pretende se ampliar conhecimentos e também poder contribuir com a sociedade, mostrando de forma clara de fazer investimento no Mercado Financeiro, através de Fundos de Investimento.

Assim, segundo Souza et. al (2012, p. 12). Os fundos de investimento vêm se expandindo ano a ano e já é a principal modalidade de poupança no Brasil. Essa expansão aumenta a importância da participação do investidor prudente para operar mercados a partir de conhecimento e estratégias defensivas, que não significam uma avaliação acovardada das oportunidades, mas grande ênfase na preservação dos capitais investidos.

Nesta perspectiva, a partir dos dados obtidos nesta pesquisa, poder-se-á, através de sua divulgação, contribuir para a melhoria da qualidade de informações prestadas, orientando aos cidadãos de forma clara e objetiva como aplicar seu patrimônio optando em assumir riscos e tendo uma previsão de taxas e impostos que irão incidir sobre o capital aplicado. Iremos abordar sobre algumas modalidades de investimentos seus produtos e as modalidades de fundos de investimento.

1.4 METODOLOGIA

Para Gil (1999) a ciência tem como objetivo mostrar a verdade dos fatos. O método científico nada mais é do que a descrição dos procedimentos

técnicos e intelectuais utilizados que tem por finalidade garantir sua verificação para que seja considerado ciência.

Os caminhos para realizar este estudo foram de uma pesquisa em artigos científicos, livros, periódicos, abordagem qualitativa e quantitativa, com a aplicação de questionário com perguntas fechadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERFIL DO INVESTIDOR

2.1.1 Perfil do Investidor

Atualmente, para aplicar os recursos financeiros de forma segura é de extrema importância que o investidor conheça o seu perfil, principalmente para identificar os tipos de riscos que se está disposto a correr, o quanto está disposto a perder em algum investimento e qual o retorno almejado. Com essa análise é possível encontrar os melhores investimentos para não gerar frustrações futuras com uma aplicação inadequada ao perfil. Diante disso, é sugerido ao futuro investidor que faça um teste para identificar seu perfil e os melhores investimentos para ele.

Esse teste consiste em responder a um questionário elaborado pelas instituições financeiras do varejo intitulado de API (Análise de Perfil do Investidor), a fim de conciliar os investimentos feitos no varejo a expectativas e momentos de cada um (COMO INVESTIR, 2014a). É uma ferramenta para identificar o perfil do investidor, auxiliando-o na escolha de produtos próximos aos seus objetivos, tolerância a risco e expectativas de investimento (BANCO DO BRASIL, 2014).

A Anbima (2014), em seu guia de melhores práticas, afirma que para a definição do perfil, deverão ser abordados alguns aspectos como: experiência em relação a investimentos, horizonte de tempo, objetivos de investimentos, tolerância ao risco. Os questionários são gerados a partir desses aspectos básicos, que ao serem aplicados aos futuros investidores, exigirão reflexões que envolvem algumas perguntas como: idade, grau de escolaridade, quanto possui disponível para investir, quanto compromete do seu salário com despesas mensais, quais experiências anteriores com investimentos, prazo que pretende ficar no investimento, o que pretende fazer com o dinheiro, se está preparado para perder parte de seu investimento e se costuma se informar sobre o mercado financeiro (COMO INVESTIR, 2014a).

Mundialmente, essa análise apresenta a denominação de Suitability, que significa adequação. No Brasil foi estabelecido pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em 2010, criado para que as Instituições Financeiras adotem práticas de avaliação de perfil de risco, com o objetivo de verificar a adequação dos produtos de investimento ao perfil do investidor. (BRADESCO, 2014)

Após a análise do perfil (API), o futuro investidor encontrará o resultado apontando o seu perfil e, normalmente, os investimentos que serão adequados àquele perfil. A maioria das instituições financeiras aplica esse questionário aos seus correntistas, que acaba servindo como base para ofertar investimentos adequados ao aplicador.

2.1.2 Algumas percepções sobre o questionário do Perfil do Investidor

Conforme com o sítio Como Investir (2014), alguns itens que compõem o questionário, como idade, valor disponível para investimento, horizonte e objetivos, tolerância ao risco e conhecimento prévio podem ser interpretados da seguinte forma:

- a) Idade: a idade é um dos fatores observados para identificar o perfil do investidor. É por ela que se pode ter noção do prazo para investimentos,

se terá tempo para maturar os investimentos e assim por diante. Normalmente as pessoas mais jovens estão mais dispostas a correr riscos, principalmente por terem um longo prazo para serem beneficiadas pela maturação dos seus investimentos ou recuperar alguma perda. Já as pessoas mais velhas costumam buscar segurança para o patrimônio que acumularam na vida. Nesse caso procurarão investimentos com menor risco (COMO INVESTIR, 2014a). Isso, entretanto, não significa dizer que alguém mais novo não pode ter preferência por investimento sem risco ou um mais velho um com mais risco. Tudo dependerá de outros fatores além de idade e dos objetivos de vida.

- b) Valor disponível para investir em relação ao patrimônio: este fator é importante tendo em vista a possibilidade de perda de todo o patrimônio do investidor. Se a pessoa aplicar tudo o que tiver disponível do patrimônio, caso aplique tudo em um investimento arriscado, corre o risco de perder boa parte do dinheiro caso aconteça algo inesperado no mercado. Nesse caso, o essencial é investir em algo com risco baixo. Já se o investidor for aplicar apenas um percentual do seu patrimônio, 30% por exemplo, pode aplicar em algo mais arriscado, tendo em vista que, mesmo com oscilações e conseqüentemente perda de recursos, o patrimônio não ficará totalmente comprometido (COMO INVESTIR, 2014)
- c) Horizonte e objetivos de investimento: algumas perguntas do API visam entender o que o investidor espera dos seus investimentos. Preservar o patrimônio, se está buscando rentabilidade elevada de longo prazo mesmo com alguns riscos, se deseja completar sua renda com as aplicações, se deseja manter o investimento por diversos anos ou poucos meses, entre outros (COMO INVESTIR, 2014a). Respondendo a essas perguntas, o investidor conseguirá encontrar os melhores investimentos. Se, por exemplo, deseja-se preservar o patrimônio, cabem aplicações mais estáveis, como ativos de renda fixa. Para obter maiores rentabilidades com disponibilidade para riscos, pode-se aplicar em renda variável, que geram maiores retornos mas também maiores riscos. Investimentos que possuem carência ou tributação regressiva

não são indicados para quem deseja resgatar os recursos em curto prazo.

- d) Conhecimento prévio: ter conhecimento sobre o que se está investindo é fundamental para obter o resultado que se espera, ou ao menos estar preparado para ele. Investir em novas aplicações desconhecidas pode ser prejudicial, tendo em vista a falta de conhecimento sobre prazos, taxas, carências, impostos, etc. Para aplicar em ações, por exemplo, é imprescindível conhecer o mercado de capitais, acompanhar as notícias do mercado para optar pelos melhores títulos. Caso a pessoa não tenha tempo ou disposição para esse tipo de atividade, esse passa a não ser um bom investimento.
- e) Tolerância ao risco: saber se a pessoa está ou não disposta a correr risco é o fator principal para a decisão sobre o investimento. Em geral, quanto maior é o risco, maior costuma ser o retorno. Se alguém é avesso ao risco, aplicar em títulos que, apesar da possibilidade de bom retorno tragam mais incertezas quanto ao ganho ou perda, é um erro.

Os questionários costumam fazer perguntas sobre propensão a correr risco e reação ao perder o dinheiro aplicado. Através dos resultados é possível identificar se o investidor pode aplicar em determinados produtos mais incertos ou não. Diante disso, é de suma importância o investidor perceber seu nível de tolerância aos riscos do mercado financeiro (COMO INVESTIR, 2014).

2.1.3 Tipos do perfil do investidor

O perfil do investidor normalmente é dividido em conservador, moderado e arrojado, sendo o último algumas vezes dividido em arrojado e agressivo. Alguns autores diferenciam denominações ou acrescentam alguns perfis além desses. Entretanto, todos destacam que existem perfis mais dispostos a correr riscos, perfis que estariam mais ou menos dispostos ao risco, e os avessos a esse risco. A seguir estão listados os principais perfis. O perfil arrojado foi dividido em dois outros perfis conforme definições diferentes dos autores

2.1.3.1 Perfil Conservador

O investidor com o perfil conservador procura a segurança como decisão das aplicações a serem realizadas. Buscam a preservação do capital e possuem baixa tolerância ao risco. De acordo com análise do Banco Santander (2014), nesse perfil podem ser encontrados aqueles dispostos a correr mais riscos para obter rendimentos diferenciados, mas que têm necessidade de sacar seus recursos em um período curto de tempo. De acordo com avaliação da CEF - Caixa Econômica Federal (2014), esse perfil sente-se confortável ao saber que, no final de cada mês, encontrará seu dinheiro seguro e que sua tranquilidade estará garantida, mesmo com notícias negativas sobre o mercado.

Nesse caso, é importante manter um percentual maior da carteira de investimentos em produtos de baixo risco. Esse perfil permite que se invista uma pequena parcela em produtos que ofereçam níveis de riscos diferenciados, a fim de atingir ganhos melhores no longo prazo (Banco do Brasil, 2014). De acordo com XPI (2014), busca preservar seu patrimônio através de investimentos sólidos e que dão retorno em longo prazo. Para CEF (2014), os investimentos apropriados para esse perfil são os classificados como risco muito baixo, baixo ou médio com pouca chance de perda. Nesse âmbito, encontram-se investimentos em poupança, CDB, LCI ou títulos públicos, fundos de renda fixa, referenciados ou de curto prazo. Para XPI (2014), a carteira de um investidor conservador deve ser composta de: 30% em fundos de renda fixa, 45% em ativos de renda fixa, 10% em fundos multimercado, 10% em fundos de ações e 5% em previdência privada.

2.1.3.2 Perfil Moderado

No perfil moderado, o investidor prioriza a segurança nos investimentos, mas também está aberto a investir em produtos um pouco mais arriscados que possam gerar melhores retornos a médio e longo prazo (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014). Aceitam assumir baixo risco. Por apresentarem baixa

necessidade de liquidez no curto prazo, há possibilidade de diversificar as aplicações em alternativas mais arrojadas, não diretamente no mercado de ações (SANTANDER, 2014). O Banco do Brasil (2014) sugere que entre os investimentos um pouco mais arrojados, estejam os em renda variável e afirma que nesse perfil, diversificar os recursos é a melhor estratégia de investimentos.

A Caixa Econômica Federal (2014) indica investimento em ativos de risco muito baixo, baixo e médio, como: poupança, CDB, LCI e alguns fundos. E parte pode ser aplicada em investimentos moderados. Já a XPI (2014) sugere uma composição de carteira seguida por 10% em fundos de renda fixa, 30% em ativos de renda fixa, 15% em fundos multimercado, 10% em fundos imobiliários, 30% em ações e 5% em previdência privada.

2.1.3.3. Perfil Arrojado

Esse perfil apresenta definições variáveis, sendo algumas vezes apresentado somente como arrojado, ou sendo dividido em arrojado e agressivo, ou moderado-agressivo e agressivo.

2.1.3.3.1 Perfil moderado-agressivo/arrojado

O investidor com o perfil arrojado procura maiores ganhos e está disposto a correr mais riscos. Segundo análise da Caixa Econômica Federal (2014), conhece o mercado e as opções de investimentos que existem, está sempre em busca de novas alternativas de investimentos e pensa no futuro. Gosta de desafios e busca investimentos de médios e longos prazos. Para XPI (2014), ele tem ciência que pode perder parte ou totalidade dos recursos aplicados, mas prefere manter o investimento a fim de obter ganhos maiores no mercado. Busca ganhos em médio prazo. Para XPI, a carteira pode ser composta em 10% em fundos de renda fixa, 20% em ativos de renda fixa, 10%

em fundos multimercado, 15% em fundos imobiliários, 40% em ações e BM&F, 5% em previdência privada.

2.1.3.3.2 Perfil agressivo ou arrojado

De acordo com Santander (2014), é um perfil que tem alta tolerância a riscos e baixa ou nenhuma intenção de liquidez no curto e médio prazo. Está disposto a aceitar as oscilações dos mercados de risco e possíveis perdas na busca do retorno diferenciado no longo prazo. Para o banco, os melhores investimentos são em maior parcela em fundos multimercado e ações. Mesmo assim, investir algum recurso em aplicações conservadoras é sempre recomendado. O Banco do Brasil (2014) defende o mesmo, ou seja, aplicar uma parcela em produtos de baixo risco, a fim de manter o patrimônio.

Segundo a Caixa Econômica Federal (2014), esse perfil não tem medo de correr risco para conseguir a máxima rentabilidade, investindo parte significativa de seus recursos em aplicações que oscilam muito e menor parcela em aplicações seguras. Consegue sentir-se confortável em flutuações do mercado e percebe compensações no futuro.

Para XPI (2014), o perfil agressivo tem total conhecimento do mercado de capitais e busca retornos expressivos a qualquer risco. A composição de carteira sugerida é 10% em ativos de renda fixa, 15% em fundos imobiliários, 10% em fundos multimercado, 60% em ações e BM&F e 5% em previdência privada.

2.1.4 Risco e retorno

Ao se aplicar em qualquer tipo de investimento, espera-se que o valor aplicado dê um retorno ao final do período superior ao valor investido. De maneira geral, os investimentos que envolvem mais risco costumam dar maior retorno e vice-versa, quanto menor o risco, menor é o rendimento.

Por esse motivo é importante que, na tomada de decisão para aplicar os recursos, se conheça o risco e retorno dos investimentos e haja uma reflexão

do que se deseja ganhar e o risco disposto a correr para obter o que se deseja. Para tal, inicialmente é necessário conhecer o perfil do investidor e o que vem a ser risco e retorno.

2.1.4.1 Risco

A definição de risco está relacionada à incerteza do que pode acontecer no futuro. Qualquer processo de escolha importante, em qualquer âmbito da vida (profissional, pessoal, financeira, etc.) envolve a incerteza e, conseqüentemente, exige a necessidade de administrar riscos. (HALPERN, 2003 p. 56). Assaf Neto (2003) completa afirmando que “o conceito de risco pode ser entendido de diversas maneiras, dependendo do contexto da pessoa que o está avaliando”. Ou seja, mesmo que não se saiba o que vem a ser risco, a vida envolve tomar decisões sem haver conhecimento do futuro, que é incerto, tendo o risco de não chegar ao resultado esperado e enfrentar as conseqüências.

Na tomada de decisão financeira, considerando que o ambiente é incerto quanto aos seus resultados e existe uma expectativa futura, é fundamental levar em consideração a incerteza na decisão. “Toda vez que a incerteza associada à verificação de determinado evento possa ser quantificada por meio de distribuição de probabilidade dos diversos resultados previstos” significa dizer que a decisão está sendo tomada sob uma situação de risco. (ASSAF NETO, p. 283). Sendo que o risco é a probabilidade de ocorrência de determinado resultado em relação ao valor médio esperado (ASSAF NETO, 2013, p. 283). “Fundamentalmente, o risco pode ser definido como a possibilidade de perda financeira” (GITMAN 2004, p.184).

Para Halpern (2003 p.60), qualquer tipo de investimento corre risco, mesmo os mais conservadores. Isso porque existem variáveis que podem interferir no resultado, seja por uma crise, oscilação de taxas de juros, alteração de política, etc. A maioria dos riscos pode ser administrado, mas não eliminado.

De acordo com Halpern (2003, p. 60), os investimentos envolvem algumas formas de riscos, que devem ser analisados na tomada de decisão do investimento, sendo eles: risco de crédito (possibilidade de não recebimento do

valor investido); risco de rentabilidade (flutuação do valor investido); risco de liquidez (possibilidade e condições de resgate ou venda). Segundo o autor, esse último risco é o que deve ser levado mais em consideração, tendo em vista que a liquidez pode afetar o risco dos investimentos. Para Halpern (2003, p. 61), a classificação dos investimentos partindo do grau de menor liquidez para maior liquidez pode ser apresentada da seguinte forma: empresa própria, propriedade rural, casa, terreno urbano, apartamento, imóveis comerciais, debêntures, títulos bancários, ações 2ª linha, ouro, ações 1ª linha, cotas de fundos, caderneta de poupança e dinheiro.

Segundo Assaf Neto (2003, p. 287), o risco total de qualquer ativo é definido por uma parte sistemática (risco sistemático ou conjuntural) e não sistemática (risco específico ou próprio do ativo), ou seja, a soma dos riscos sistemáticos e não sistemáticos. Para o autor, o risco sistemático faz parte de todos os ativos negociados do mercado, sendo determinado por eventos de natureza social, política e econômica. Cada ativo comporta-se de maneira diferente diante de uma situação conjuntural e não pode ser evitado, sendo interessante diversificar a carteira de ativos para reduzir esse risco.

Já o risco não sistemático definido por Assaf Neto (2003, p. 288) é percebido nas características do próprio ativo, não sendo transferido para os demais ativos da carteira. É um risco próprio de cada investimento realizado e para eliminá-lo é importante incluir na carteira ativos que não tenham correlação positiva entre si. Um exemplo é a composição de uma carteira contendo títulos de renda fixa e de renda variável, que reagirão de maneira diferente frente a uma elevação de juros por exemplo.

2.1.4.2. Retorno

O Retorno de um investimento é o que se obtém depois de determinado período. De acordo com Gitman (2004, p.184) retorno é “o ganho ou a perda total sofridos por um investimento em certo período”. Gitman (2004, p.186) define também que “os retornos de investimentos variam no tempo e entre tipos distintos de investimentos. Calculando as médias de retornos históricos em períodos longos, é possível eliminar o impacto do risco de mercado e de outros tipos de riscos”.

Apesar de diversos autores afirmarem que para se obter um retorno maior deve-se aplicar em investimentos que tenham maior risco, o autor Halpern (2003, p. 62) faz um alerta sobre a troca de um investimento seguro para um mais arriscado, afirmando que se a “expectativa de retorno compensar o aumento no risco e/ou a diminuição na liquidez está incorrendo” vale a pena fazer a troca, caso contrário é melhor manter o investimento seguro. Isso porque nem sempre um investimento arriscado dará o retorno esperado, podendo inclusive gerar perdas. Como exemplo o autor compara a criação de um negócio com a poupança. A abertura de um negócio é muito mais arriscado, mas não necessariamente dará certo e gerará bons resultados. Nesse caso a poupança seria mais rentável.

2.1.5 Fatores psicológicos na tomada de decisão

Ao se tomar decisões sobre os investimentos, diversos fatores psicológicos influenciam nessas decisões. O investidor age não só de maneira racional, mas também de maneira irracional, isto é, baseado em suas emoções. Fatores como risco, expectativas de rendimentos, experiências anteriores, medo, ansiedade ou mesmo a “ganância” são fatores que envolvem a emoção e interferem na decisão de investir.

Em relação ao risco, de acordo com Assaf Neto (2003, p. 291), a postura de um investidor é pessoal, não existindo uma resposta única para todas as situações. De acordo com o autor, diante de incertezas deve ser expressa a preferência do investidor em relação ao conflito risco/retorno que faz parte de toda alternativa financeira na decisão dos investimentos. Essa teoria de preferência tem como finalidade revelar como o investidor se posiciona diante do investimento que mostra diferentes combinações de risco e retorno, esperando-se que o investidor implicitamente tenha como objetivo maximizar sua utilidade (satisfação) esperada.

“Todo investidor, a partir da comparação racional que pode promover entre as utilidades das alternativas financeiras disponíveis, é capaz de construir uma escala de preferências, conceito essencial de sua decisão em condições de risco” (ASSAF NETO, 2003 p. 291). Diante das possibilidades de

investimento, o investidor escolhe na escala de preferências qual aplicação mais lhe satisfaz e se ela corresponde a suas expectativas de risco e retorno.

Segundo Peterson (2008, p. 29), “o modo como cada indivíduo lida com a mudança de suas condições financeiras depende da maneira como cria um significado pessoal para perdas e ganhos”. Se a pessoa sente-se forte ou fraca, isso vem mais de suas crenças e expectativas do que da realidade física. Segundo o autor, personalidade, adversidades, experiências, condições de vida, cultura, ambiente, etc. são fatores que influenciam na interpretação dos fatos

De acordo com Peterson (2008, p. 29), diante de oportunidades ou ameaças as emoções indicam se deve seguir em frente assumindo os riscos (excitação) ou ter cautela (preocupação) ou parar e retroceder (medo). Se uma ameaça torna-se realidade, como forma de reação pode-se entrar em pânico, fugir ou combater (lutar). O autor afirma que a distinção entre emoções antecipatórias ou reativas é muito importante nos investimentos. Os investidores amadores costumam comprar ações baseados em suas expectativas de preços favoráveis. Emoções antecipatórias positivas tendem a enviesar as expectativas dos investidores e acabam diminuindo sua percepção do risco. Diante disso, investidores vendem ações em reações a eventos (vendas reativas), seja por lucros maiores ou alguma notícia negativa, o que acontece como um resultado das emoções dos investidores e não como uma resposta ao planejamento racional (Peterson, 2008, p. 30).

Ferreira (2011, p. 10), define que a emoção é “o impulso, é parente próxima de instinto, é o que nos impele a buscar satisfação e agir nesse sentido” e que domina a mente dos humanos e influencia a forma de pensar dos investidores.

De acordo com o site Como Investir (2014b), os investidores são racionais mas também irracionais, uma vez que são influenciados por emoções e motivações inconscientes como medo de perder, vontade de ganhar ou pertencer a um grupo. Esses fatores emocionais acabam comprometendo a capacidade de avaliação das situações com objetividade.

Além disso, o Como Investir (2014b) destaca que o cérebro tende a procurar atalhos ao tomar decisões, procurando caminhos menos complicados

como forma de lidar com o excesso de informação disponível, o que pode gerar armadilhas nas aplicações.

O site destaca algumas tendências de comportamento relacionadas ao dinheiro como: - acreditar em padrões e tendências: costuma-se acreditar que o que aconteceu no passado tende a se repetir no futuro, isso por existências de padrões e tendências que se repetem no decorrer do tempo e desenvolvimento da espécie humana. Entretanto, nos investimentos, os ganhos passados não garantem ganhos futuros em uma aplicação, já que não existe uma repetição de acontecimentos.

- excesso de otimismo: tende-se a focar nas possibilidades de ganho sem dar atenção aos riscos que decorrem desse ganho. Para tal, é necessário observar e analisar os riscos consequentes de um retorno alto;

- excesso de autoconfiança: as pessoas tendem a achar que suas decisões estão corretas e são as mais adequadas, uma vez que gostam de si mesmas e se valorizam. Nos investimentos, um excesso de crença na habilidade que se tem em obter resultados acima da média e que as informações que se tem são mais confiáveis que as demais, pode ser prejudicial para os investimentos. É importante estar aberto e basear decisões em fatos objetivos e não em sua própria opinião;

- dificuldade de pensar no longo prazo: as pessoas têm um “filtro” inconsciente que as leva a preferir o que as agrada e o que ocorre no curto prazo. Nos investimentos existe a tendência a buscar retorno rápido, deixando de se atentar a fatos que desagradam ou vão contra os desejos e expectativas. É preciso ter objetividade e paciência para aguardar os retornos no longo prazo;

- acreditar em histórias bem contadas: uma boa história (aquela que seduz o investidor, apelando normalmente para suas emoções) não deve interferir na capacidade de compreender os riscos do negócio e de analisar os perigos de fraude. Um bom vendedor deve apresentar, além da história, informações concretas, números e evidências para comprovar as chances de sucesso do investimento.

- querer seguir os demais: as pessoas têm necessidade de agir conforme o grupo, simplificando suas decisões, acreditando que se o grupo está fazendo algo deve existir alguma razão. Nos investimentos deve-se fazer

sua própria avaliação sobre a segurança do investimento e o potencial, sem achar que se outro está investindo é porque vale a pena.

- apego ao que é familiar: tende-se a preferir investimentos sobre os quais já se ouviu falar, por ser familiar. Ser conhecido não é sinal de garantia. É preciso investigar antes de tomar uma decisão.

2.2 O MERCADO FINANCEIRO E OS PRINCIPAIS TIPOS DE INVESTIMENTOS

No mercado financeiro são encontrados diversos investimentos financeiros, com rendimentos e riscos diferentes, que podem ser escolhidos de acordo com o objetivo, perfil do investidor e disponibilidade de recursos para aplicar.

De acordo com BM&FBOVESPA (2013), os recursos necessários para uma aplicação provêm da parcela não consumida da renda de qualquer pessoa, à qual se dá o nome de poupança, sendo que qualquer um que tem uma poupança ou uma disponibilidade financeira pode efetuar um investimento, visando obter:

- a) reserva para qualquer despesa imprevista e uma garantia para o futuro — segurança;
- b) boa remuneração — rentabilidade;
- c) crescimento do capital empregado — valorização;
- d) defesa contra eventual desvalorização do dinheiro — proteção;
- e) oportunidade de associação com empresas dinâmicas — desenvolvimento econômico;
- f) rápida disponibilidade do dinheiro aplicado — liquidez.

Nos próximos subcapítulos estão apresentados os principais tipos de investimentos encontrados no mercado financeiro, iniciando por uma descrição das principais taxas, referenciais e indicadores das aplicações e os principais investimentos do mercado. As taxas, referenciais e indicadores são aqui apresentadas para se ter um conhecimento teórico do que vem a ser o fator remuneratório das aplicações, sendo uma das informações fundamentais para uma boa análise de investimento.

2.2.1 Taxas de juros, índices e indexadores do mercado financeiro

Ao se iniciar o estudo sobre investimentos, é importante que se tenha uma noção das variáveis econômicas que interferem no resultado desses investimentos. Além dos aspectos macroeconômico e microeconômico que devem ser avaliados as taxas de juros, índices, indexadores interferem no resultado, seja por servirem como balizadores ou até como agentes remuneratórios, que têm seus rendimentos atrelados à taxa, indexador, etc. As principais taxas e índices encontrados no mercado são a taxa Selic, Cetip, TR, TJLP, TBF, IPCA, IGP-M, etc.

2.2.1.1. Taxa de juros

Os juros são a remuneração paga pelo tomador para utilizar uma quantidade de dinheiro de outro (poupador). O valor dessa remuneração é a taxa de juros e depende do comportamento do mercado financeiro diante de variáveis macroeconômicas. As oscilações das taxas influenciam o mercado financeiro (BANCO DO BRASIL, 2007).

2.2.1.1.1. Taxa Selic e Cetip

Devido à maioria dos títulos serem negociados sem serem emitidos fisicamente (escriturais), é necessário que exista uma organização na liquidação e transferência desses títulos. Para tal, existem dois sistemas (SELIC e CETIP) que controlam e custodiam as negociações desses títulos. Esses títulos servem principalmente para promover uma boa liquidação do mercado monetário, gerando maior segurança e autenticidade aos negócios efetuados. (ASSAF NETO, 2003 p. 107). Devido ao grande volume de operações no mercado monetário, o Selic e a Cetip divulgam periodicamente a taxa Selic e Cetip respectivamente, muito adotada pelos agentes financeiros.

- a) O Selic e a taxa selic

O Selic (Sistema Especial de liquidação e custódia) foi criado em 1979 pelo Banco Central e Anbima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto), sendo “voltado a operar com títulos públicos de emissão do BACEN e do Tesouro Nacional” (ASSAF NETO, 2003 p. 107). Principalmente serve para liquidar e controlar financeiramente as operações de compra e venda de títulos públicos e manter a custódia escritural e física. O sistema SELIC é de responsabilidade do Banco Central.

A taxa Selic é a taxa de juro por dia útil gerada pelas negociações que envolvem títulos públicos. Devido à grande liquidez inerente aos títulos públicos negociados, a taxa Selic é considerada uma taxa livre de risco da economia, sendo principal base para formação dos juros do mercado (ASSAF NETO, 2003, p.108). É a taxa básica de juros da economia do Brasil. Essa taxa refere-se ao custo do dinheiro no mercado financeiro. É a taxa de referencia que regula as operações diárias com títulos públicos federais e é a taxa que o Banco Central compra e venda títulos públicos federais. Ela é determinada em reuniões periódicas do Copom (FORTUNA, 2008, P.131). Para o Banco Central (2014c), a taxa Selic é a “taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais”. Para o cálculo da taxa, são “considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação” (BANCO CENTRAL, 2014).

b) Cetip e a taxa cetip

A Cetip (Central de custódia e de liquidação financeira de títulos privados) surgiu em 1986 com o mesmo propósito do Selic, mas voltado aos títulos privados, entre eles o CDB, RDB, CDI, debêntures. Também opera com títulos públicos quando estes estão em posse do setor privado (ASSAF NETO, 2003, p.108). Na Cetip, os negócios não são liquidados instantaneamente, tendo em vista que as transferências de recursos ocorrem através de cheques administrativos das instituições, principalmente pelo fato de as operações financeiras da Cetip serem processadas através de transferências bancárias de fundos (cheques). A taxa Cetip é semelhante à taxa Selic, tendo como principal

diferencial sua liquidação. A liquidação financeira dos títulos privados só será feita no dia seguinte pelo fato de utilizarem cheque administrativo para compra do título e ter sua da compensação bancária somente no dia seguinte (conhecida também como D1 ou taxa ADM). Essa taxa costuma ser um pouco mais alta que a taxa Selic por incluir o risco de a liquidação ocorrer somente no dia seguinte. (ASSAF NETO, 2003, p.108). Cabe destacar que a empresa CetipSA era desde 1984 uma empresa de capital aberto, com ações negociadas em bolsa. Em 1890 foi adquirida pela BM&FBovespa, formando uma nova empresa a B3.

2.2.1.1.2 Taxa Referencial de Juros – TR

A TR foi criada em 1991, no Plano Collor II, a fim de ser uma taxa básica referencial dos juros a serem praticados no mês iniciado e não um índice que refletisse a inflação do mês anterior (FORTUNA, 2008, p. 129). Esperava-se que a TR funcionasse como um referencial para a formação de juros de vários ativos e passivos financeiros.

É considerada como base de cálculo para a remuneração básica da caderneta de poupança e FGTS. Equivale a uma taxa futura esperada de inflação, “embutida pelos agentes econômicos na remuneração dos títulos de renda fixa” (ASSAF NETO, 2003, p.115).

O cálculo da TR envolve a dedução de um “reduzidor” da taxa média de captação dos bancos. Esse reduzidor deve refletir a tributação que incide sobre os CDB/RDB e taxa real de juros da economia. O reduzidor anunciado reflete a taxa real de juros admitida pelo Governo para os 30 dias próximos (ASSAF NETO, 2003, p. 115). Tem como base o valor da TBF do dia de referência do cálculo, sobre o qual é aplicado um reduzidor definido pelo governo, expressa pela fórmula $TR = 100 \times \left\{ \left[\frac{1 + TBF}{100} \right] / R - 1 \right\}$ (FORTUNA, 2008, p. 129).

2.2.1.1.3 Taxa Básica Financeira – TBF

A Taxa Básica Financeira (TBF) foi criada para ser utilizada exclusivamente como base de remuneração de aplicações financeiras realizadas no mercado financeiro com prazo igual ou superior a dois meses. É

calculada levando-se em consideração os rendimentos médios mensais oferecidos pelo CDB de 30 a 35 dias corridos de prazo, baseada na amostra das 30 maiores instituições, entre elas bancos múltiplos, comerciais, de investimento e Caixa Econômica (FORTUNA, 2008, p. 128).

2.2.1.1.4 Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

A TJLP é uma taxa de juros aplicada em operações de longo prazo normalmente, tendo seu custo variável apesar de permanecer fixo por períodos mínimos de três meses. A TJLP é utilizada também para remunerar três fundos compulsórios: PIS/PASEP, FAT e Fundo da Marinha Mercante. Vem sendo utilizada também para linhas do BNDES, como Finame, Finem, BNDES automático, substituindo a TR.

Assaf Neto (2003, p.117) afirma que o prazo de vigência da TJLP é de três meses, divulgado pelo Banco Central como taxa nominal anual no primeiro dia útil do período de aplicação. A divulgação do valor ocorre via resolução do BC até o último dia de cada trimestre civil, valendo a partir do primeiro dia do próximo. (FORTUNA, 2008, p. 130). “Até o último dia útil do trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência para as posições de 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro, sendo expressa em percentual ao ano.” (FINEP, 2014).

A TJLP é calculada com base na meta de inflação média pro rata prevista pelo IPCA para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, com ponderação de 50% e pelo prêmio de risco Brasil, com peso de 50% também, com recálculo trimestral (FORTUNA, 2008, p. 130).

Recentemente foi criada a taxa de longo prazo (TLP), segundo o BNDES A Taxa de Longo Prazo (TLP) substitui a TJLP nos contratos do BNDES firmados a partir de 1º de janeiro de 2018. A nova taxa foi anunciada em 31 de março de 2017 pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda e instituída pela Lei nº 13.483/2017. A taxa de juros reais (“TLP-Pré”) é fixada no momento da contratação do financiamento. Sobre o saldo devedor incidirá também a correção monetária, correspondente à variação do IPCA (com a defasagem prevista na Resolução Bacen 4.600). As taxas podem ser consultadas em Moedas Contratuais do BNDES(códigos 777 e 236).

2.2.1.1.5 Taxa DI

DI é a média das taxas diárias praticadas pelas instituições financeiras na troca de recursos (empréstimos) entre elas. É utilizado como remuneração em alguns títulos de renda fixa (exemplo CDBs) ou como referência em operações de troca de indexadores (swap). (COMO INVESTIR, 2014).

2.2.1.2. Índices e Indexadores

Os principais índices e indexadores que servem como base para avaliar a variação de preços e as taxas de inflação de diversos segmentos do mercado brasileiro são os seguintes: IPA, IPC-DI, IGP-DI, IGP-M, IGP-M10, IPCA, DI.

a) IPA: IPA é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (denominação alterada em 2010, antes conhecida como índice de preços por atacado), que registra variações de preços de produtos agropecuários e industriais nas transações interempresariais, ou seja, nos estágios de comercialização anteriores ao consumo final. “Registram as variações médias dos preços recebidos pelos produtores domésticos na venda de seus produtos.” É um indicador mensal e serve para analisar as variações de preços de produtos agrícolas e industriais. Assim como o IGP, o IPA também possui as versões IPA-10, IPA-M e IPA-DI (IBRE, 2014).

b) IPC-DI: O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna) mede a inflação de varejo das famílias que recebem até 33 salários mínimos. Serve para cálculo dos reajustes dos benefícios gerados pela Previdência Social (FORTUNA, 2008, p. 125).

c) IGP: IGP (Índice Geral de Preços) é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e registra a evolução dos preços, sendo utilizado como medida da inflação nacional (FORTUNA, 2008, p. 125). Segundo o IBRE (2014) é um indicador macroeconômico, deflator de valores monetários e indexador de contratos e abrange Indústria, Construção Civil, Agricultura, Comércio Varejista e Serviços prestados às famílias. É composto pelo IGP-DI e o IGP-M

d) IGP-DI: IGP-DI(Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) é formado por três índices (IPA com 60% do índice, IPC-DI com 30% e o INCC, com 10% do índice). Até o plano real servia para reajustar títulos do setor privado no pós-fixado. Compreende o período entre o primeiro e o último dia do mês de referência (FORTUNA, 2008, p. 125).

e) IGP-M: IGP-M é o Índice Geral de Preços do Mercado. Mede a evolução dos preços ao consumidor. É o indexador de alguns títulos de renda fixa como as Notas do Tesouro Nacional (NTN) série C, títulos privados como as debêntures e aluguéis comerciais e residenciais (FORTUNA, 2008, p. 125). Corresponde ao período entre o dia 21 do mês anterior ao de referência e o dia 20 do mês de referência (COMO INVESTIR, 2014d).

f) IGP-M10: IGP-M10 é semelhante ao IGP-M e tem como finalidade possibilitar aos participantes da BM&F uma melhor avaliação do IGP-M futuro, advindo com a criação do mercado futuro de IGP-M (FORTUNA, 2008, P. 126).

g) IPCA: IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, que se baseia na evolução da cesta de consumo das famílias com renda até 40 salários mínimos, que registra a variação de preços de produtos e serviços ao consumidor. É pesquisado nas 11 principais regiões metropolitanas e calculado do primeiro ao último dia de cada mês (ano civil). É o índice oficial de acompanhamento da inflação do Brasil. (FORTUNA, 2008, P. 126). É utilizado também como indexador para alguns títulos de renda fixa como as Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) e NTN-B Principal. (COMO INVESTIR, 2014d). O governo brasileiro usa o IPCA como medida “oficial” de inflação no país.

Para avaliar o comportamento do mercado de capitais são utilizados índices calculados a partir de carteiras teóricas de ações. O Brasil tem apenas uma bolsa de valores: a Bolsa de Valores de São Paulo. Essa plataforma de negociação de ações opera sob a responsabilidade da Empresa B3, formada da reunião das antigas Bolsa de Valores de São Paulo SA, Bolsa de Mercadorias e Futuros SA e CETIP SA. Os principais são índices são:

a) IBOVESPA: O Ibovespa é um indicador do “desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro” (BM&FBOVESPA, 2014c). Composto por ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA que atendem aos critérios de inclusão descritos na metodologia do índice BOVESPA, disponível no site da BM&FBOVESPA.

b) IBX: Segundo Halpern (2003, p. 136), o IBX (Índice Brasil) é um “índice de preços que mede o retorno de uma carteira composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas”, em termos de volume financeiro e número de negócios, “ponderadas no índice pelo seu respectivo número de ações disponíveis à negociação no mercado”.

c) IBRX 50: o Índice Brasil 50 é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos nesta metodologia. Os índices da BM&FBOVESPA utilizam procedimentos e regras constantes do Manual de Definições e Procedimentos dos índices da BM&FBOVESPA. O Objetivo do IBRX50 é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiras.

d) IDIV: O índice dividendos é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos nessa metodologia. Tem por objetivo ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos que se destacarem em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.2.2 Principais tipos de investimentos

O investidor deve procurar identificar o seu perfil e os melhores investimentos para esse perfil. No capítulo anterior foram descritos os principais perfis encontrados no mercado financeiro. A seguir estão

apresentados os principais investimentos nesse mercado com suas devidas descrições.

Nas aplicações financeiras, deve-se observar os riscos e retornos, o que se deseja ganhar e o que se está disposto a perder. Normalmente há uma correlação inversa entre segurança e rentabilidade como já definido anteriormente. Quanto menor a segurança, ou seja, maior o risco, maior a probabilidade de retorno.

O Banco do Brasil (2016) destaca que, ao se investir em determinadas aplicações, elas apresentam os seguintes comportamentos:

Tabela 1 - Investimento x rentabilidade, liquidez e segurança

Investimento x rentabilidade, liquidez e segurança			
	Proporciona		
Investimento em:	Em 1º lugar	Em 2º lugar	em 3º lugar
Poupança	Segurança	liquidez	Rentabilidade
Renda Fixa	Rentabilidade	Segurança	Liquidez
Ações	Rentabilidade	Liquidez	Segurança
Imóveis	Segurança	Rentabilidade	Liquidez

Fonte: Banco do Brasil, 2016

2.2.2.1 Caderneta de Poupança

Segundo Fortuna (2008, p. 314), a caderneta de poupança tradicional é uma aplicação simples e tradicional, que permite aplicação de pequenas somas e liquidez. Existe perda de rentabilidade quando ocorrem saques fora da data de aniversário da aplicação. De acordo com Assaf Neto (2003, p.134), a caderneta de poupança é uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora, oferecendo segurança, já que o governo garante os depósitos até certo limite e baixa remuneração comparado a outros tipos de ativos no mercado. Além disso, a poupança permite isenção de imposto de renda.

A partir de 04/05/2012, através da Medida Provisória nº 567/2012, as regras de remuneração da poupança mudaram para os casos de abertura de novas cadernetas de poupanças ou depósitos feitos na poupança a partir dessa data. Ao fazer a aplicação em poupança depois dessa data, o investidor passou a ter uma nova caderneta de poupança (com nomenclatura diferente) seguindo as regras novas, permanecendo a conta poupança antiga inalterada

quanto às suas regras. Ao fazer a retirada do dinheiro da poupança, primeiramente o recurso sairá da conta poupança mais recente, atingindo a conta antiga somente se o saldo a sacar for superior ao saldo existente na nova conta. O rendimento é depositado no dia do aniversário (dia que aplicou o dinheiro) e só ocorre se for deixado por mais de 30 dias.

De acordo com as novas regras da caderneta de poupança apresentadas anteriormente, a remuneração ocorre da seguinte forma: se a taxa Selic estiver maior que 8,5% ao ano, o rendimento é de 0,5% ao mês mais a TR. Se a taxa da Selic for de 8,5% ao ano ou menos, o rendimento passa a ser 70% da Selic mais TR. Aplicações realizadas até 03/05/2012, o rendimento da poupança era de 0,5% a.m. mais a TR, (BANCO CENTRAL, 2014b).

“A remuneração dos depósitos de poupança é calculada sobre o menor saldo de cada período de rendimento. O período de rendimento é o mês corrido, a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança, para os depósitos de pessoas físicas e de entidades sem fins lucrativos” (Banco Central, 2014).

2.2.2.3 Certificado de depósito bancário (CDB) e Recibo de depósito bancário (RDB)

Os CDBs (certificado de depósito bancário) e RDBs (recibo de depósito bancário) são títulos de renda fixa emitidos pelos bancos Comerciais/Múltiplos e bancos de Investimentos, que têm como finalidade lastrar operações de financiamento de capital de giro (ASSAF NETO, 2003, p.176). De acordo com o Banco Central, os CDBs e RDBs são títulos privados de depósitos a prazo realizados por pessoas físicas ou jurídicas. Ou seja, os recursos auferidos pela emissão desses títulos são normalmente repassados aos clientes através de empréstimos.

A emissão desses títulos pelas instituições bancárias cria uma obrigação de pagamento, uma dívida da instituição para com o investidor, que paga a esse investidor ao final do prazo um valor superior ao valor aplicado (FORTUNA, 2008, p. 175).

A diferença entre o CDB e RDB é que o RDB é intransferível, enquanto o CDB pode ser transferido para outros investidores através de endosso nominativo (ASSAF NETO, 2003 p.176).

2.2.2.5 Títulos Públicos

O tesouro direto (uma espécie de título público) é um programa criado pelo Tesouro Nacional em parceria com a BM&FBOVESPA que possibilita às pessoas físicas a compra de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional através da internet (BM&FBOVESPA, 2014h).

É um título que funciona como um “empréstimo” de recursos ao governo, que em contrapartida, depois do período, retorna o valor emprestado acrescido de rendimento. É um investimento de renda fixa com previsibilidade, liquidez e baixo custo e risco. Apresenta boa rentabilidade e, dependendo da corretora, apresentam algumas taxas, entre elas taxas de administração e custódia (BM&FBOVESPA, 2014h). O valor mínimo para começar a investir é de aproximadamente R\$ 30,00 e as aplicações têm data de vencimento, podendo ter o resgate antecipado. Esses títulos públicos podem ser pré-fixados ou pós-fixados.

a) Título público prefixado

Nos títulos prefixados, a taxa de juros é definida no momento em que é feito o investimento, ou seja, é definida previamente. Com isso é possível saber quanto irá render o investimento se mantiver os recursos até a data de vencimento. Além disso, o investidor pode decidir se deseja receber tudo ao final da aplicação ou se prefere ir recebendo os juros semestrais (BM&FBOVESPA, 2014h).

Caso o investidor opte por resgatar o investimento e os juros ao final do período, o investimento apropriado é em Letras do Tesouro Nacional (LTN). Se optar por ir recebendo os juros semestralmente, deve aplicar em Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F) Nesse caso o investidor sabe exatamente o retorno do título se carregá-lo até a data de vencimento, além de recebe um

fluxo de cupons semestrais de juros, o que pode possibilitar aumento de liquidez e reinvestimentos (TESOURO, 2014). Normalmente esse investimento é indicado para os que acreditam que a taxa de juros irá cair. O investidor está sujeito a perda de poder aquisitivo em caso de alta de inflação

b) Título público pós-fixado

Neste tipo de título, a rentabilidade é conhecida apenas no momento em que o investimento é resgatado, ou seja, é definida posteriormente. Assim como os títulos prefixados, os títulos pós-fixados são divididos em dois tipos, sendo o pós-fixado ligado aos juros básicos e o ligado à inflação.

Os títulos pós-fixados ligados aos juros básicos seguirão a SELIC (taxa de juros básicos da economia). Se o investidor pode acompanhar a flutuação dos juros, seja para cima ou para baixo, o indicado é este tipo de título, denominado de Letras Financeiras do Tesouro (LTF). Preço do título flutua em função da expectativa de taxa de juros dos agentes financeiros.

Nos títulos pós-fixados ligados à inflação, a remuneração é composta de duas parcelas, sendo uma predefinida (prefixada) na hora do investimento e a outra é pós-fixada, variando conforme a inflação calculada na hora do resgate. Neste caso, o investidor saberá quando e quanto de juros ganhará em termos reais, isto é, descontando a perda com a inflação. Possibilita proteger-se de uma eventual subida de inflação (BM&FBOVESPA, 2014h).

Da mesma forma que o prefixado, o investidor pode optar por receber tudo de uma única vez (rendimento mais aplicação) ou ir recebendo os juros semestralmente. Para esses casos, os investimentos podem ser respectivamente em Notas do Tesouro Nacional Principal - NTN-B Principal – “Permite ao investidor obter rentabilidade em termos reais, se protegendo da elevação do IPCA” (TESOURO, 2014) ou Notas do Tesouro Nacional - Serie B (NTN-B) – “Permite ao investidor obter rentabilidade em termos reais, se protegendo da elevação do IPCA. Além disso, o investidor recebe um fluxo de cupons semestrais de juros, o que aumenta a liquidez possibilitando reinvestimentos” (TESOURO, 2014)

Figura 02 – Tesouro Direto: retorno líquido dos títulos – prefixados e pós-fixados

Tesouro Direto: retorno líquido dos títulos				
Título	Vencimento	Taxa Contratada (em %) *	Preço (R\$)	Retorno Líquido (%)**
Inflação				
NTN-B	15/5/2015	6,47 + IPCA	1.985,92	10,75
	15/5/2017	6,29 + IPCA	1.991,64	10,59
	15/8/2020	6,29 + IPCA	2.010,24	10,59
	15/8/2024	6,08 + IPCA	2.037,07	10,40
	15/5/2035	5,88 + IPCA	2.053,45	10,22
	15/5/2045	5,79 + IPCA	2.084,84	10,14
	NTN-B Principal	15/5/2015	6,48 + IPCA	1.524,10
15/8/2024		6,00 + IPCA	908,22	10,33
15/5/2035		5,68 + IPCA	523,49	10,04
Prefixados				
LTN	1/1/2012	12,49	899,82	9,95
	1/1/2013	13,00	793,46	10,69
	1/1/2014	13,04	701,12	11,04
	1/1/2015	13,06	619,51	11,06
	NTN-F	1/1/2017	12,98	895,52
	1/1/2021	12,98	854,36	10,99
Pós-Fixados***				
LFT	7/3/2015	0,00	4.546,07	10,22
	7/3/2017	0,00	4.546,07	10,18

* Taxas do dia 04/02/2011. IPCA = Inflação Implícita
 ** Descontando taxas - Negociação, Custódia, Corretora e IR
 *** Média entre Meta Selic e DI Futuro

Fonte: Tesouro Direto

Fonte: Tesouro, 2018

2.2.2.6 Previdência Privada

A previdência privada funciona como uma alternativa de complemento à aposentadoria. Serve como um seguro de renda, possibilitando diversos planos de benefícios de aposentadoria (ASSAF NETO, 2013, p. 394). Diferente da

previdência social, a previdência privada é opcional e tem como principal objetivo manter o padrão de vida que a pessoa levava antes de se aposentar, tendo em vista que a previdência social tem mais o objetivo de manter a subsistência das pessoas.

Pode ser constituída como uma sociedade fechada ou aberta. A sociedade de previdência privada fechada (ou fundo de pensão) normalmente é formada no ambiente da empresa e a participação é dada pelo empregador e pelo funcionário. Já a previdência aberta é aberta às pessoas em geral que desejam adquirir um fundo de previdência complementar (ASSAF NETO, 2013, p. 394). De acordo com Assaf Neto (2013, p. 394), existem diversos planos de previdência, sendo que normalmente é caracterizado por contribuições mensais por determinado período de anos que, no final do período será pago ao beneficiário. Existem dois planos criados recentemente pelo sistema de previdência privada e que têm sido mais rentáveis, sendo eles o PGBL (plano gerador de benefícios livres) e o FAPI (fundo de aposentadoria programada individual).

a) PGBL – Plano gerador de benefícios livres

O PGBL é uma aplicação destinada principalmente à aposentadoria. Funciona como um fundo de investimento comum, em que os recursos aplicados pelo investidor são utilizados para formar carteiras compostas por ações, títulos de rendas fixas, cotas de fundos de investimentos e imóveis existentes no mercado financeiro. Os rendimentos são creditados ao investidor, aumentando sua renda ao final do período. É uma aplicação mais conservadora e com menos risco, ou seja, mais estável, tendo em vista que as aplicações são feitas principalmente em títulos de renda fixa emitidos pelo governo (ASSAF NETO, 2013, p. 395). Cobram taxa de carregamento (cobrir as despesas na comercialização e prestação de serviço, sendo cobrado em cada contribuição, podendo variar de plano para plano) e taxa de administração (cobrada pela gestão dos recursos, incidindo sobre o patrimônio acumulado e cobrado anualmente).

Como benefícios podem ser destacados: benefício fiscal, possibilitando que as contribuições ao fundo possam ser deduzidas do imposto de renda até o

limite de 12%; os rendimentos são tributados somente no saque; são transparentes, com publicações constantes de desempenho e indicadores; o investidor pode mudar de gestor o quanto quiser sem necessidade de pagar imposto, respeitando a carência mínima de 60 dias para transferências e resgates; possibilidade de escolher o plano que apresenta a carteira que satisfaça o perfil do investidor (ASSAF NETO, 2013, p. 394).

O PGBL permite alguns benefícios como: uma renda vitalícia, em que o beneficiário recebe uma renda a partir de certa idade por toda a vida; renda temporária onde os benefícios são pagos a partir de certa idade e por determinado tempo definido no contrato; e renda vitalícia com prazo mínimo, em que o investidor recebe uma renda enquanto estiver vivo e define um prazo de reversão. (ASSAF NETO, 2013, p. 395).

b) FAPI - Fundo de aposentadoria programada individual

Tem características semelhantes ao PGBL, tendo como diferencial a possibilidade de resgate do patrimônio acumulado, que só pode ser resgatado integralmente sem a possibilidade de pagamentos periódicos de benefícios (característica do PGBL). No FAPI há cobrança de imposto de renda sobre os ganhos, diferente do PGBL (ASSAF NETO, 2013, p. 396)

O FAPI também se diferencia do PGBL pela composição dos fundos. Enquanto o PGBL é constituído por uma instituição gestora que cria um fundo exclusivo para aplicar os recursos, no FAPI o investidor adquire cotas de um fundo de investimento comum administrado por um banco, onde o aplicador é o titular das cotas (ASSAF NETO, 2013, p. 397).

2.2.2.7 LCI – Letras de crédito imobiliário

Segundo Infomoney (2014), as letras de crédito imobiliário (LCI) são papéis de renda fixa lastreados em crédito imobiliários garantidos por hipotecas ou “alienação fiduciária de um bem móvel que dão aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e atualização monetária”.

São emitidas pelas instituições financeiras que tem autorização para realizar operações de crédito imobiliário, que devem registrar a contratação das

LCIs na Cetip. Os recursos obtidos nas aplicações são utilizados para financiamentos habitacionais. (INFOMONEY, 2014)

O prazo é de acordo com o prazo das obrigações imobiliárias que serviram de base para o seu lançamento. Em relação à tributação, desde 2004 a remuneração é isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas e condomínios de edifícios, diferente para PJ, que tem tributação de IR. (INFOMONEY, 2014)

Algumas LCIs têm como característica uma operação vinculada com um contrato de swap indexado a um percentual do CDI. São indicados para perfil mais conservador, já que segue as características da poupança. (INFOMONEY, 2014).

Diferem-se das letras hipotecárias na emissão, onde as hipotecárias são emitidas exclusivamente vinculadas a uma hipoteca (FORTUNA, 2008, p. 181).

2.2.2.8 Letras Hipotecárias

As letras hipotecárias são títulos emitidos por instituições financeiras que trabalham com crédito imobiliário, tendo como lastro o financiamento habitacional. (ASSAF NETO, 2003, p. 105).

São títulos emitidos com juros prefixados, flutuantes e pós-fixados em TR, TBF ou TJLP num prazo mínimo de 180 dias e prazo máximo de acordo com o vencimento dos créditos hipotecários. Caso o investidor resgate antes de 180 dias, o título não gera remuneração (FORTUNA, 2008, p. 180).

Quando a instituição financeira estiver sem lastro para suas operações de financiamento imobiliário, pode recorrer à emissão de títulos para lastreá-lo. E pode comprá-lo quando o valor da carteira de crédito imobiliário estiver inferior ao volume de captação da caderneta de poupança (FORTUNA, 2008, p. 180).

Não tem imposto de renda sobre o ganho de capital das aplicações realizadas por pessoa física (FORTUNA, 2008, p. 180).

2.2.2.9 Debêntures

Para Fortuna (2008, p. 321), debênture é um título emitido por sociedades anônimas não-financeiras de capital aberto com garantia de seu ativo e com ou sem garantia subsidiária da instituição financeira. Lança-se no mercado para obter recursos de médio e longo prazo e tem como finalidade o financiamento de projetos de investimentos ou alongamento do perfil do passivo. Ou seja, a empresa lança as debêntures a fim de obter um empréstimo do comprador do título. Em troca a empresa gera um rendimento a esses títulos adquiridos.

Essa remuneração do título é certa e com prazo determinado. Isso significa dizer que na data de seu vencimento, o comprador das debêntures receberá além dos recursos aplicados, os juros referentes ao título.

A emissão e condições da emissão são definidas em AGE, sendo regulamentada pela Lei 6.404 de 15/12/99. Algumas das condições dizem respeito ao capital e prazo, onde o limite máximo de emissão é o valor do capital próprio da empresa e o prazo superior a um ano (FORTUNA, 2008, p. 322).

Por se tratar de venda de partes das dívidas das empresas, existem alguns meios para garantir a proteção dos compradores da dívida. São eles: escritura de emissão (contrato – documento que estipula os direitos, deveres e condições da emissão, além de pagamentos, prazos, etc.) e agentes fiduciários (garantidores para pagamento das debêntures sejam empresas, indivíduos, ou departamento de crédito bancário).

A remuneração das debêntures pode compor de atualização monetária, prêmio e taxas de juros.

A empresa emissora das debêntures poderá resgatar antes da data determinada, que deverá ser para todos os debenturistas, tendo como intitulação debênture em tesouraria.

A colocação das debêntures no mercado pode ser direta ou por oferta pública. Quando direta, é feita diretamente a um comprador ou grupo de compradores, no caso, instituições financeiras ou fundos de pensão. As taxas de juros são mais altas. Por oferta pública, a colocação ocorre no mercado secundário, podendo ser colocadas com desconto (abaixo do valor nominal), com prêmio (acima do valor nominal) ou ao par (pelo valor nominal).

No mercado secundário, as debêntures são comercializadas pelo Sistema Nacional de Debêntures da Anbima (SND) ou pela Bovespafix (FORTUNA, 2008, p. 327).

2.2.2.11 Ações

As ações correspondem à aquisição de uma parcela do capital de uma empresa. São títulos “representativos da menor fração do capital social de uma empresa (sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia)” (ASSAF NETO, 2013, p. 222). O acionista, aquele detentor da ação, é um coproprietário da empresa com direito a participação nos resultados. Elas não têm prazo e podem ser resgatadas ou adquiridas a qualquer momento através da negociação no mercado financeiro, vendendo ou comprando as ações (ASSAF NETO, 2013, p.222). Essas negociações eram realizadas nos pregões físicos (lugar onde se reuniam os operadores da bolsa). Atualmente os pregões predominantes são os automatizados, sem interferência dos operadores, os eletrônicos (FORTUNA, 2008, p. 584). Nas negociações no pregão eletrônico, os termos Home Broker e After Market passaram a existir. No Home Broker os clientes operaram eletronicamente via internet pelos sites de corretoras. O After Market é extensão do horário do pregão após as 18 horas até as 22 horas para atender o home broker (FORTUNA, 2008, p. 587).

As sociedades que emitem as ações podem ser fechadas ou abertas, em que as primeiras são tipicamente familiares com circulação de ações restritas a um grupo de investidores. Diferentemente, as sociedades abertas têm suas ações distribuídas a um número mínimo de acionistas, sendo negociadas na bolsa de valores. Devem ser cadastradas na Comissão de Valores Mobiliários e emitir informações financeiras, econômicas e de caráter econômico periodicamente (ASSAF NETO, 2013, p.222).

As ações podem ser classificadas como preferenciais ou ordinárias. As ordinárias conferem ao detentor da ação o direito a voto, podendo eleger diretoria, decidir sobre destino de lucros, etc. Cada ação corresponde a um voto, isso significa dizer que quanto mais ações tiverem, mais poder de decisão terá. Já as preferencias, apesar de não permitirem direito a voto aos titulares,

dão preferências ao titular como prioridade no recebimento do dividendo e prioridade no reembolso de capital no caso de dissolução da empresa (ASSAF NETO, 2013, p. 222).

Os títulos podem ser negociados no mercado primário ou no secundário. Quando um novo título é lançado no mercado, ele é negociado no mercado primário. É nesse momento que ocorre a disponibilização dos recursos dos investidores às empresas emitentes de ações, que funciona como uma espécie de financiamento às empresas. A partir do momento que o título está no mercado, as negociações de compra e venda posteriores ocorrem no mercado secundário, que ocorre na Bolsa de Valores ou Mercado de balcão. Nesse caso, o recurso auferido nas negociações vai para os proprietários dos títulos e não mais para a empresa emitente da ação (ASSAF NETO, 2013, p.239).

O mercado de ações é dividido em quatro mercados: mercado à vista, mercado à termo, mercado futuro de ações e mercado de opções.

a) Mercado à vista

Uma operação à vista é a compra ou venda em pregão de determinado número de ações para liquidação imediata. Nesse tipo de mercado é permitida realização de operações de mesma ação em um mesmo pregão, por mesmo investidor e corretora, caracterizada como uma operação de arbitragem, o day trade.

As ordens de compra e venda podem ser, segundo Fortuna (2008, p. 590): ordem a mercado (o investidor especifica apenas a quantidade e características do título que quer comprar ou vender, com execução imediata), ordem administrada (mesma característica da ordem a mercado, diferenciada pela execução, que ocorre a critério da corretora), ordem limitada (é determinado o valor máximo ou mínimo que deseja comprar ou vender a ação, sendo executada somente quando chegar ao valor estipulado), ordem casada (quando estipula a compra de um título e a venda de outro, que só ocorre se os dois puderem ser feitos) e ordem de financiamento (o investidor define uma ordem de compra ou venda de um título em um mercado e outra de venda ou compra em outro ou mesmo mercado concomitantemente, com prazos de vencimento diferentes).

Ao se deter uma ação, existem direitos de proventos gerados por ela, entre eles: dividendos (distribuição de parte dos lucros aos acionistas); subscrição (direito de aquisição de ações por aumento de capital, com prazos e preços determinados); bonificação (distribuição de novas ações aos acionistas gratuitamente, pelo aumento de capital por incorporação de reserva), entre outros (FORTUNA, 2008, p. 590)

b) Mercado a termo

Nesse mercado o investidor se compromete a comprar ou vender uma determinada quantidade de ação por prazo predeterminado e preço fixado. Normalmente as operações são realizadas num prazo de 30 dias. De acordo com a BM&FBOVESPA (2014f), o prazo do contrato a termo é escolhido livremente pelo investidor, sendo no mínimo 16 dias e no máximo 999 dias

Essas operações poderão ser liquidadas na data do seu vencimento ou data antecipada solicitada pelo comprador, vendedor ou por acordo mútuo, sendo antecipado o prazo de liquidação (FORTUNA, 2008, p. 593).

Segundo BM&FBOVESPA (2014f), a vantagem de se investir no mercado a termo é pelo fato do investidor proteger preços de compra (quando se espera uma alta nos preços de uma ação pode-se comprar a termo, fixando o preço e beneficiando-se da alta), diversificação de risco, obter recursos (o detentor de ações pode vender a vista para imediata compra a termo do mesmo papel, possibilitando fazer caixa) e alavancagem (possibilita aquisição de ações em quantidade superior a da disponibilidade financeira).

Os custos envolvidos nessa transação são: taxa de registro, de corretagem, de emolumentos e de liquidação.

De acordo com a BM&FBOVESPA (2014f), a transação a termo exige depósito de garantia, que pode ser por cobertura ou margem. Por cobertura “um vendedor a termo que possua os títulos-objeto pode depositá-los na CBLC, como garantia de sua obrigação” (BM&FBOVESPA, 2014f). Por margem corresponde a “valor igual ao diferencial entre o preço a vista e o preço a termo do papel, acrescido do montante que represente a diferença entre o preço a vista e o menor preço a vista possível no pregão seguinte” (BM&FBOVESPA, 2014).

C) Mercado Futuro de ações

As ações nesse mercado são negociadas com datas de liquidação futura. Segundo Fortuna (2008, p. 597), é um mercado aperfeiçoado do mercado a termo, que possibilita aos participantes da transação reverter a posição de um contrato futuro antes da data do vencimento de forma automática.

De acordo com Halpern (2003, p. 91), “os contratos futuros são compromissos padronizados de compra e venda de ativos, mercadorias (ou commodities), ativo financeiro ou índices de preço, com data de vencimento, regras e especificações de negociação fixadas pela bolsa de futuros”. Halpern (2003, p.91) completa afirmando que nesse mercado o objeto negociado é o risco dos preços. Tem função de permitir proteção contra riscos de preços ou realizar hedge ou proteção.

d) Mercado de opções

De acordo com a BM&FBOVESPA (2014g), no mercado de opções é onde são negociados direitos de compra ou venda de um lote de ações, com prazos e preços preestabelecidos. Foi um mercado criado para oferecer uma forma de proteção ao mercado de ações contra possíveis perdas, possibilitando ao investidor adaptar o risco às suas expectativas e metas.

Segundo Fortuna (2008, p.600), quem compra uma opção tem um direito, podendo ser essa opção de compra (call) um direito de comprar, possibilitando ao comprador comprar certa quantidade de ações, a determinado preço e data. E opção de venda (put) um direito de vender.

Segundo o Portal do Investidor (2014b), quem adquire o direito deve pagar um prêmio ao vendedor, sendo este prêmio um valor pago para ter a opção de comprar ou vender (esse valor pago não é o preço do bem e sim o preço da opção). O Portal afirma que no mercado de opções, o titular pode perder no máximo o prêmio pago, em contrapartida, o lançador das opções tem riscos ilimitados.

O mercado de ouro é comumente realizado em bolsa de valores através da compra e venda, assim como o de ações, tendo sua cotação realizada em reais e por grama de ouro puro. É um mercado de risco tendo em vista a oscilação do seu valor mediante a lei da oferta e demanda e por fatores exógenos. O ouro funciona como uma reserva de valor em momentos de incertezas financeiras, econômicas ou políticas globais (FORTUNA, 2008, p. 549)

O preço é calculado de acordo com as variações do preço do dólar no mercado flutuante e do preço do metal na bolsa de Nova York, em que é resultado da multiplicação do preço do grama em Nova York com a cotação em reais do dólar no mercado flutuante. (FORTUNA, 2008, p. 549).

A BM&FBOVESPA oferece, no mercado disponível (à vista), contratos com lotes de 250g, 10g ou 0,225g de ouro com teor de pureza 0,99. As compras ocorrem através de corretoras que negociam os contratos de ouro no mercado à vista. O investidor “carregara posições de outro” que podem ser vendidas parcial ou totalmente, recebendo em dinheiro ou retirando o metal, ou seja, sua liquidação pode ser financeira ou física. O ouro também pode ser negociado nos mercados de derivativos da Bolsa (termo, opções, futuros e swap) (BM&FBOVESPA, 2014e)

A BM&FBOVESPA (2014e) indica algumas razões para se investir em ouro, como: retorno de médio a longo prazo; reserva de valor durável, ativo financeiro aceito internacionalmente; forma de diversificação de investimento; ativo aceito como garantia.

O ouro é visto como o mais seguro diante de uma crise ou ameaça de inflação, sendo esses aspectos ainda vantajosos para o preço do ouro. É caracterizado como uma “reserva inviolável de valor” (FORTUNA, 2008, p. 549).

Os custos para investimentos em ouro englobam taxas de corretagem (cobrado pelas corretoras pelo acesso ao mercado), de custódia (para manter o ouro, sendo calculado diariamente e cobrado mensalmente), seguro para transporte de barras de ouro e Imposto de Renda para aplicações superiores a R\$20 mil no mês (BM&FBOVESPA, 2014).

2.2.2.12 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos correspondem a uma aplicação em conjunto, uma espécie de condomínio. Da mesma forma, o Banco Central (2014d) define o fundo de investimento como sendo uma comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio, que tem como objetivo a aplicação em ativos financeiros no mercado financeiro de capitais. De acordo com Assaf Neto (2003, p. 386), é uma importante alternativa de investimento para pessoas que querem participar do mercado de capitais, trazendo benefícios principalmente ao investidor com baixo volume individual de capital disponível para a aplicação. Por se tratarem de representantes dos grupos de investidores, os fundos oferecem uma profissional administração dos seus recursos monetários, sem que os investidores tenham necessidade de deter conhecimento profundo sobre mercado de capitais.

Os fundos são estruturados pelas Instituições Financeiras por variáveis exógenas e endógenas. As exógenas podem ser pelas determinações da CVM, como a quantidade máxima de composição da carteira de cada tipo de fundo, determinando assim o perfil da liquidez. Como variável endógena pode-se destacar a escolha da composição risco/rentabilidade desejada pelo gestor, criando desta forma a personalidade de cada fundo, que atrairá o perfil de investidor de acordo com cada fundo (FORTUNA, 2008, p. 471). Ou seja, os fundos podem ser classificados em função do prazo de carência para resgate ou remuneração de suas cotas, do segmento que atua, ativos que compõe o seu patrimônio ou do nível de risco (BANCO CENTRAL, 2014).

Os fundos podem ter uma estratégia de gestão passiva ou ativa. O primeiro investe procurando rentabilidade similar à rentabilidade de um índice ou indexador que funcione como referencia (benchmark) da economia (como o Ibovespa). Nesse tipo de fundo existe um menor custo operacional, um perfil mais conservador, mais bem ajustado em longo prazo além de ter os resultados atrelados ao referencial. Já na gestão ativa, são levadas em consideração as melhores oportunidades de aplicação entre as alternativas de aplicações do mercado financeiro. Deseja-se nesse caso um retorno “acima de um índice fixado como referência para a gestão de carteiras” (ASSAF NETO, 2003, p.387). Esse tipo de gestão, ao contrário da passiva, busca maximizar os resultados, tem maior custo operacional, melhor ajustada em curto prazo e tem

um perfil mais agressivo (FORTUNA, 2008, p. 472), ou seja, é uma estratégia com maiores retornos, mas também com riscos maiores.

Os fundos costumam cobrar taxa de administração, cobrada pela instituição financeira a fim de remunerar os serviços prestados de administração do fundo e da gestão da carteira (ASSAF NETO, 2003, p.387). Essa taxa é definida pela administração e varia de acordo com o interesse da instituição. Além dessa taxa, podem ser cobradas taxas de ingresso ao fundo e taxas de saída antecipada. Quando permitido pelos órgãos reguladores, também pode existir a taxa performance, correspondendo a um percentual sobre o ganho do fundo (FORTUNA2008, p. 473). A remuneração varia de acordo com o rendimento dos ativos financeiros que fazem parte do fundo sendo que, não é garantido o recebimento de valor superior ao aplicado tendo em vista a oscilação dos ativos (BANCO CENTRAL, 2014).

Os fundos de investimentos podem ser classificados como renda fixa ou renda variável, podendo ser abertos (fundos que podem ser resgatados a qualquer momento sem limite para cotista e com prazo indeterminado) ou fechados (cotas não-resgatáveis, mas negociadas na bolsa, tendo um número de cotistas limitado e prazo determinado).

Os fundos de renda fixa são os compostos por aplicações em título que tem taxa de retorno fixa na maioria das vezes. Outra parte pode ser aplicada em ações ou títulos com taxa de retorno variável. Já os fundos de renda variável são os compostos principalmente por aplicações em ações e títulos com taxa de retorno variável. Nesses fundos, o investidor pode ter um bom lucro se o desempenho das ações for bom ou perder dinheiro caso o rendimento seja ruim (FORTUNA, 2008, 473).

Como vantagens na aplicação nos fundos de investimentos, podem-se destacar: simplicidade na movimentação, relação entre volume de investimentos e retorno, profissionalismo na gestão, diversificação e liquidez (FORTUNA, 2008, p. 474).

De acordo com a Anbima (2014a), os fundos podem ser classificados em curto prazo, referenciado DI, renda fixa (renda fixa, crédito livre, índices), multimercados (LongAnd Short – Neutro, LongAnd Short – Direcional, multimercados macro, trading, multiestatégia, multigestor, juros e moedas, estratégia específica, balanceados e capital protegido), dívida externa

(investimento no exterior), ações (Ações IBOVESPA Indexado , Ações IBOVESPA Ativo, IBrX Indexado, IBrX Ativo Setoriais, FMP – FGTS, SmallCaps, Dividendos, Sustentabilidade/Governança, Ações Livre, Fundos Fechados de Ações), cambial, previdência, off shore, fundos de direitos creditórios, fundos de índices (ITF), fundos de participações e fundos de investimento imobiliário.

a) Fundos de curto prazo – recursos aplicados exclusivamente em títulos públicos federais ou privados prefixados ou indexados a taxa Selic ou outra taxa de juros (FORTUNA, 2008, p. 477);

b) fundos referenciados – devem ser denominados de acordo com seu indicador de desempenho. Composto por 80% no mínimo de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central e títulos e valores mobiliários de renda fixa (FORTUNA, 2008, p. 477);

c) fundos de renda fixa – deve possuir 80% dos ativos em ativos de renda fixa, tendo como principal fator de risco a variação da taxa de juros doméstica e/ou variação do índice de preços (FORTUNA, 2008, p. 477);

d) fundos cambiais - deve possuir 80% dos ativos vinculados à taxa de câmbio, cujo fator de risco da carteira deve ser a variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira ou cupom cambial. Dentre os fundos existem os fundos cambiais dólar, que seguem a cotação da moeda americana (FOLHA, 2014);

e) fundos de ações – deve possuir no mínimo 67% da carteira em ações negociadas na bolsa. Podem ser constituídos por vários tipos de carteiras de ações, desde as que seguem os índices da Bolsa até as que investem em empresas com características específicas. Esses fundos variam de acordo com as oscilações de preços das ações que compõe a sua carteira. Alguns fundos acompanham também a variação de um índice do mercado acionário (por exemplo, Ibovespa, IBX) (FOLHA, 2014);

f) fundos de dívida externa – mínimo 80% do patrimônio em títulos da dívida externa de responsabilidade da União e no máximo 20% do patrimônio em outros títulos de créditos do mercado internacional (FORTUNA, 2008, p. 477);

g) fundos multimercados – fundos que envolvem vários fatores de risco, sem necessariamente concentrar algum fator em especial (como câmbio, ações, derivativos e renda fixa), tendo como principais vantagens a flexibilidade para aplicação em vários tipos de ativos e diversos estilos de estratégia de gestão. É um fundo que apresenta maior risco ao investidor pela oscilação (FORTUNA, 2008, p. 477).

Nos fundos de investimento, quanto maior o retorno normalmente maior o risco será. Os riscos encontrados nos fundos e definidos pelo autor Assaf Neto (2003, p. 388) são os riscos de crédito, de mercado, liquidez e sistêmico. Risco de crédito corresponde à possibilidade da instituição emitente de algum título que compõe a carteira do fundo não ser pago ou ser liquidado em atraso. Caso isso ocorra, a rentabilidade reduz-se devido à perda de valor do título. O risco de mercado refere-se às variáveis do mercado como taxa de juros da economia, inflação, variação cambial, etc. que podem interferir no valor dos títulos da carteira. O risco de liquidez corresponde à dificuldade de venda dos títulos da carteira, seja por baixa liquidez de recursos do mercado ou falta de atratividade. E o risco sistêmico é dado pelo comportamento da conjuntura nacional e internacional que interferem nas taxas de juros do mercado, preços, câmbio, etc. (ASSAF NETO, 2003, p. 384).

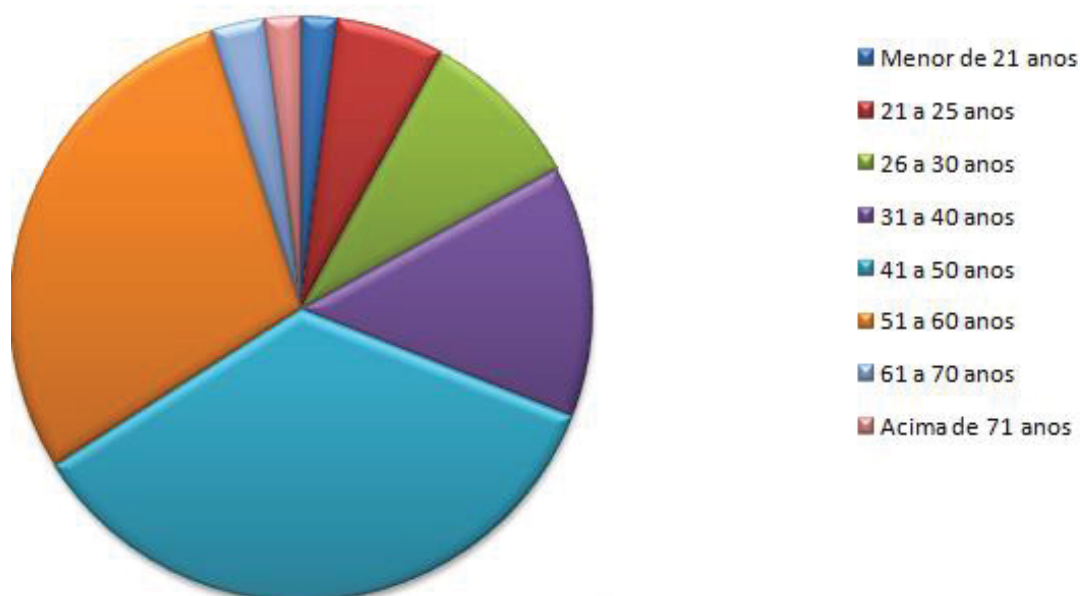
3. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS CLIENTES DA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA

Para identificar o perfil de risco dos clientes da agência x em região litorânea foi realizado um questionário com perguntas fechadas e distribuídas a 100 investidores. Foram abordadas questões sobre faixa etária, valor do

investimento, principal fonte de renda, valor de recurso guardado, quantidade do recurso que pode investir mensalmente, entre outros. Após realizar as entrevistas, através do questionário, usou-se a percepção a fim de identificar qual o perfil do investidor.

Para a pergunta sobre a faixa etária do investidor pode-se perceber que os maiores investidores possuem entre 41 a 50 anos, seguido de investidores entre 51 a 60 anos. Pode-se notar também que os que menos investem estão entre menores de 21 anos e maiores de 71 anos. É o que podemos ver no gráfico 01, abaixo.

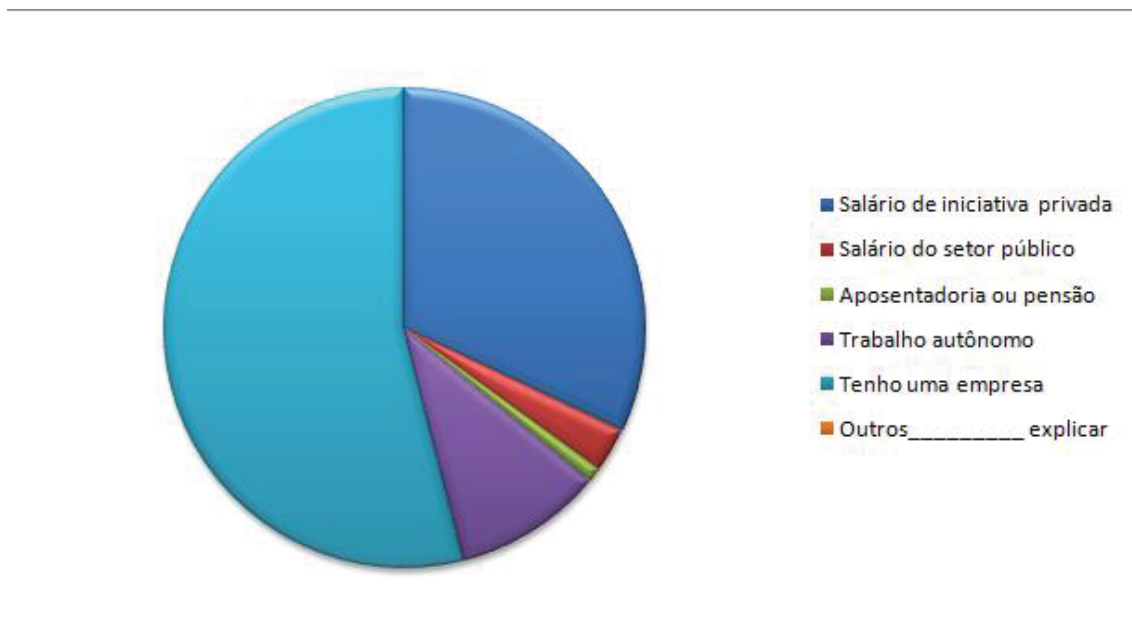
GRÁFICO 01 – FAIXA ETÁRIA DOS INVESTIDORES NA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA



No gráfico 2 abordamos sobre a principal fonte de renda do investidor. Ficou evidente que mais da metade dos investidores são empresários, seguidos de investidores que possuem salário na iniciativa privada. Os servidores públicos, aposentados ou pensionistas são os que menos investem. É importante observar aqui que tanto servidores públicos quanto aposentados

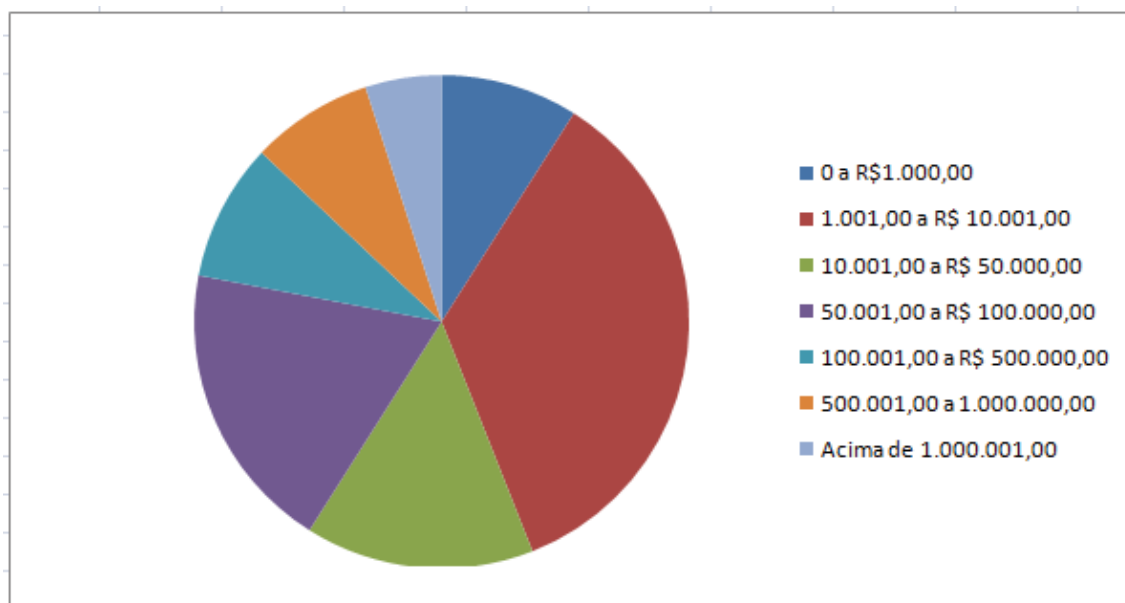
ou pensionistas são assalariados, ou seja, possuem uma renda fixa estável apenas com reajustes periódicos, o que talvez impossibilite investir.

GRAFICO 02 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS INVESTIDORES DA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA



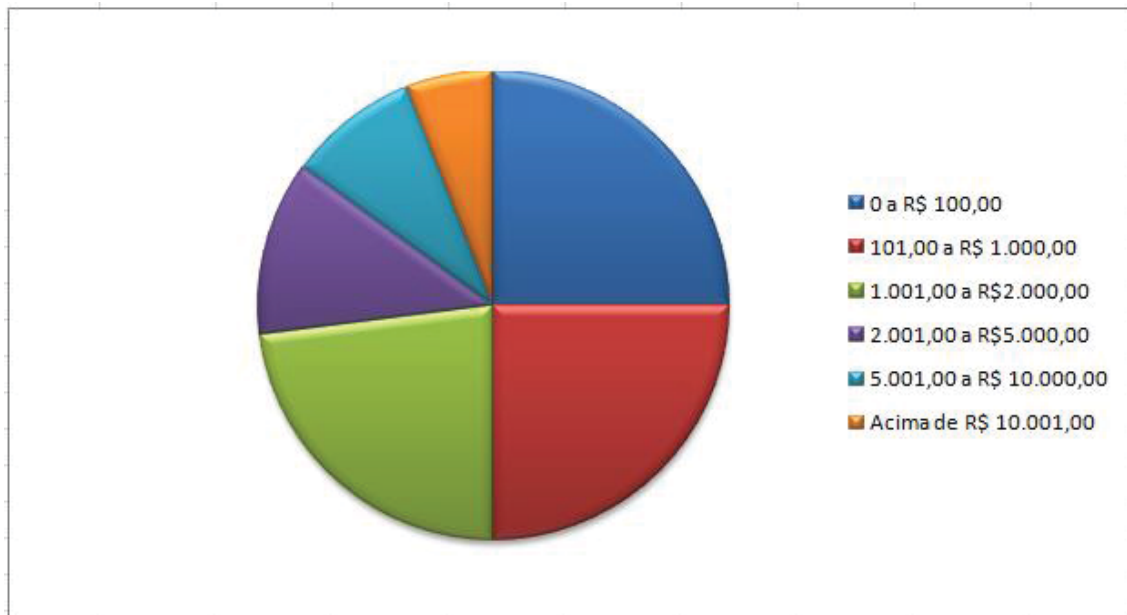
Perguntamos também sobre o montante de recursos que o investidor tem guardado. A maioria dos investidores (quase a metade) possuem entre R\$1.001,00 a R\$10.000,00. Todavia, como mostra o gráfico 03, há um perfil de investidores com montantes acima de R\$1.000.000,00.

GRAFICO 03 – MONTANTE DE RECURSOS QUE O INVESTIDOR TEM GUARDADO NA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA



No gráfico 04 perguntamos sobre a quantidade que cada investidor consegue guardar por mês. 25% dos entrevistados conseguem guardar entre R\$0,00 a R\$100,00, outros 25% guardam entre R\$101,00 a R\$1.000,00 por mês. Apenas 6% conseguem guardar acima de R\$10.001,00 por mês.

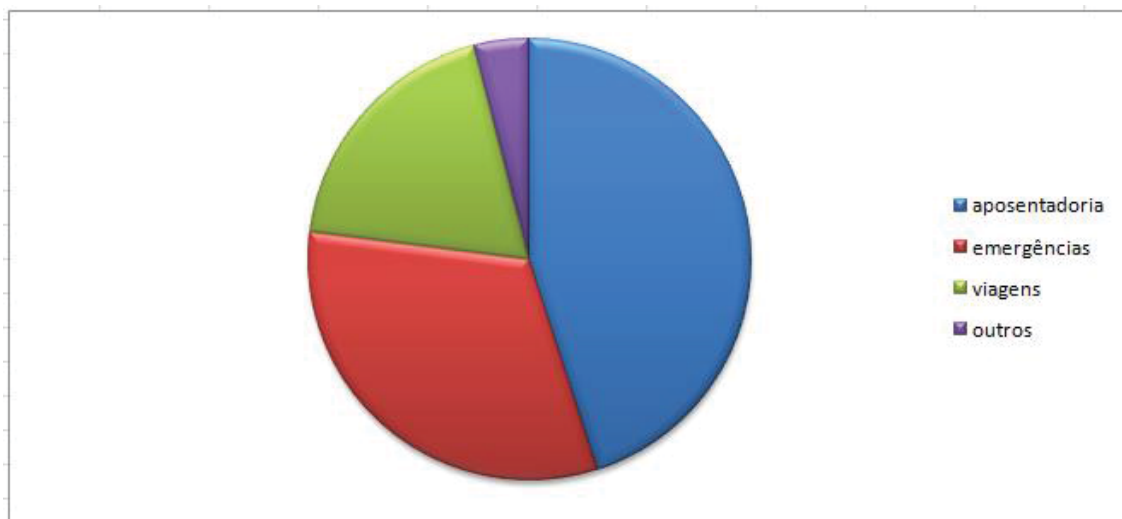
GRÁFICO 04 –QUANTIA QUE CADA INVESTIDOR CONSEGUE GUARDAR NA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA



Na questão sobre para que os investidores guardam seus recursos, 45% deles guardam para aproveitarem quando se aposentarem, já 32 % dos entrevistados guarda como forma de garantir uma possível emergência. Aqui também vale observar sobre a maioria dos investidores serem empresários, percebe-se que a maioria deles tem algum receio sobre os riscos futuros da empresa. Assim preferem investir para garantir sua aposentadoria. O que os

difere dos servidores públicos que tem absoluta certeza de sua aposentadoria e segurança do menor incapaz em casos de falecimento (GRÁFICO 05).

GRÁFICO 05 – A FINALIDADE DOS RECURSOS DE INVESTIDORES DA AGÊNCIA X EM REGIÃO LITORÂNEA



De acordo com as questões abordadas pode-se identificar o perfil do investidor da agencia x em região litorânea como moderado. Pode-se perceber também que os investidores são conservadores e não gostam de se arriscar, apesar de investirem em um fundo arriscado, no caso a poupança. Talvez seja também pelo fato de ser o investimento mais conhecido pela população. Assim eles preferem investir com baixo risco e menor rentabilidade.

Constatou-se que a maior concentração da amostra está ligeiramente deslocada da classificação conservadora, acumulando-se substancialmente nos grupos Conservador-Moderado e Moderado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar o perfil dos investidores da agência X em região litorânea. Observou-se que todos os investidores esperam um bom retorno. Todavia, muitos não levam em consideração os riscos, custos e prazos.

O perfil do investidor aqui estudado é de conservador, aquele que não está disposto a correr riscos e deseja manter seu patrimônio, estando disposto a ter rendimentos mais baixos; moderado, composto por pessoas dispostas a correr certos riscos, mas sem por em risco boa parte de seu patrimônio (nesse caso, a composição dos investimentos pode ser em maior parte de ativos e renda fixa e uma fatia menor em renda variável); e arriscado ou agressivo, aquele que está disposto a correr riscos para obter maiores retornos (normalmente investem mais em renda variável, como ações).

Foi possível identificar também que os que mais investem são os empresários. Um percentual muito baixo de servidores públicos fazem investimentos e quando fazem são conservadores.

Uma boa análise do perfil do investidor e dos melhores investimentos permite ao futuro investidor aplicar em algo que lhe dê retorno com os riscos que ele está disposto a correr. Isso faz com que não exista decepção com suas aplicações, uma vez que ele já sabe qual poderá ser o rendimento e qual será o risco para obter aquele retorno. Se o investidor deseja bons rendimentos, comumente eles estão vinculados a operações mais arriscadas, que podem gerar o que se almeja ou pode retornar valores inferiores. Se deseja segurança e liquidez, pode recorrer a aplicações menos arriscadas, que darão retorno garantido. Diante disso, toda e qualquer decisão é cabida ao investidor, que deve ter ao menos noção do que deseja e o que está disposto a ganhar ou perder para, por fim, escolher o que lhe é mais adequado.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Classificação dos fundos . Disponível em: http://www.anbima.com.br/pt_br/index.htm Acesso em 01/2018.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO CENTRAL. Indicadores econômicos consolidados. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br#!/home>. Acesso em 01/2018.

BANCO DO BRASIL. Orientando Investimentos Financeiros. Brasília, 2007. [Apostila do curso interno para aprimoramento profissional do Banco do Brasil – Universidade Corporativa Banco do Brasil - UNIBB].

BM&FBOVESPA. Introdução ao Mercado de Capitais. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/> Acesso em: 02/2018

BRADERSCO. Análise de perfil do investidor. Disponível em: <https://banco.bradesco/html/classic/index.shtm> Acesso em 02/2018

BRASIL. Investidor pode antecipar resgate em Certificado de Depósito Bancário (CDB) sem prejuízo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/investidor-pode-antecipar-resgate-em-certificado-de-deposito-Bancario-CDB-sem-prejuizo>. Acesos em 01/2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Perfil do investidor. Disponível em: http://www11.caixa.gov.br/portal/public/investidor/investidor/invista/perfil_do_investidor >. Acesso em 01/2018.

COMO INVESTIR. Análise de perfil do investidor. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/estilo/produtos-e-servicos/investimentos/analise-de-perfil-do-investidor>. Acesso em 01/2018

FERREIRA, Vera Rita de Mello. A Cabeça do Investidor - conhecendo suas emoções para investir melhor. Ed. Évora, 2011.

FINANÇAS ECONÔMICAS. O que é o DI / Taxa CDI / Taxa de Juros? Disponível em: <http://financaseconomicas.blogspot.com.br/2009/08/o-que-e-o-di-taxa-cdi-taxa-de-juros.html>. Acesso em 12/2017.

FINEP. TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/area-para-clientes/200-tjlp/4651-tjlp>. Acesso em 01/2018.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 17ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 1991.

HALPERN, Mauro. Gestão de investimentos: produtos, perfil e riscos. São Paulo: Editora Saint Paul Institute of Finance, 2003. 238p.

MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2000.

PETERSON, Richard L. Desvendando a mente do investidor: o domínio da mente sobre o dinheiro. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2008.

PORTAL BRASIL. CDI. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/indices_cdi.htm
Acesso em 01/2018.

ROLDAN, Vivianne Pereira Salas; ROCHA, Ricardo Eleutério Rocha. “O investidor brasileiro é conservador: uma pesquisa com os Docentes do Centro Ciências Administrativa da Universidade de Fortaleza”, 2004.

SANDRINI, João. EXAME. 5 investimentos isentos de imposto de renda. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/cinco-investimentos-isentos-de-imposto-de-renda/>. Acesso em 01/2018.

SOUZA, Agnaldo I., Hardagh, Claudia C., Pereira, Simone R. Metodologia da Pesquisa e científica e jurídica. Texto elaborado para o material da 1ª aula da Disciplina Gestão do Conhecimento ministrada no Curso TeleVirtual em MBA Gestão de Projetos – AnhangueraUniderp|Rede LFG. 2011

XPI. Descubra melhor mix para seu perfil investidor. Disponível em: <http://www.xpi.com.br/assessoria/sugestao-rapida-de-carteira.aspx>. Acesso em 02/2018.